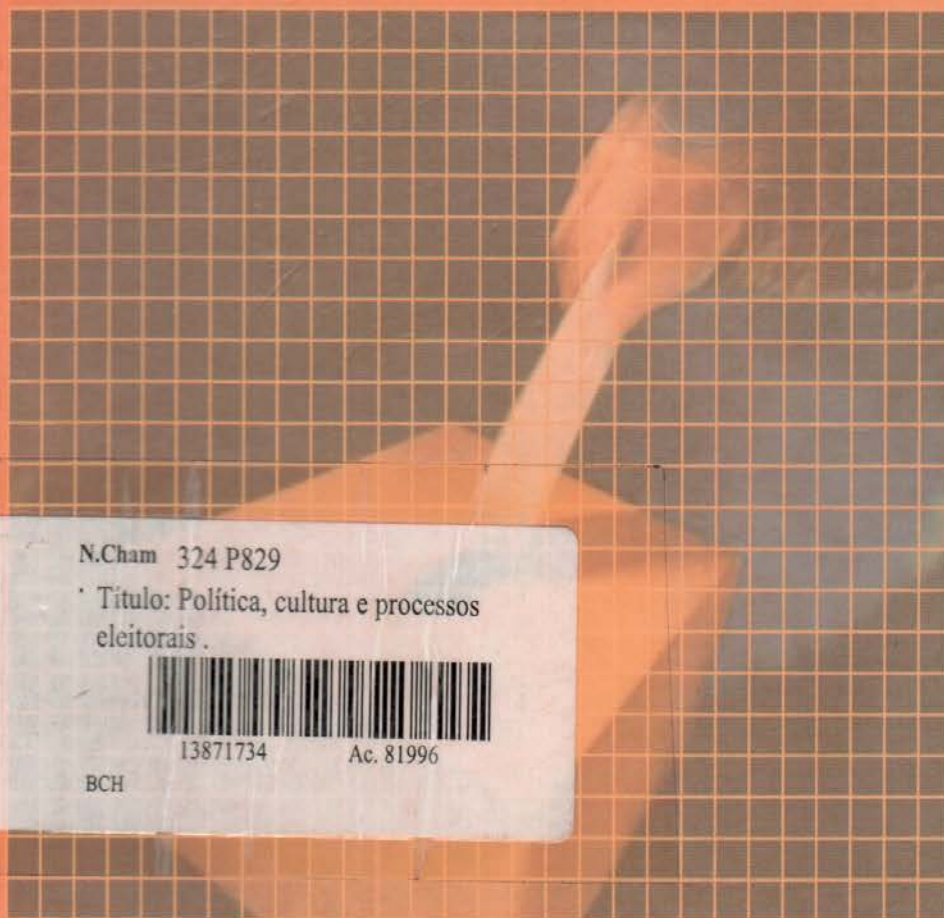


Política, Cultura e Processos Eleitorais



 Konrad
Adenauer
Stiftung



N.Cham 324 P829

· Título: Política, cultura e processos
eleitorais .



13871734

Ac. 81996

BCH

Organizadoras:

Maria Auxiliadora Lemenhe • Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho

Sumário

Apresentação	5
Parte I - Democracia, Ideologia e Práticas Partidárias	
A democracia da atualidade e seus limites: o financiamento de campanhas eleitorais	11
Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.	
Direita e esquerda: faz diferença? Comparando estratégias de coligações nas eleições das capitais brasileiras em 2004	27
Silvana Krause	
Do "Lula paz e amor" ao "mensalão": o mais polêmico itinerário do PT ...	49
Uribam Xavier	
Os tempos da rebeldia: Icapuí na berlinda do modo petista de governar	79
Jawdat Abu-El-Haj	
Parte II - Cultura, Política e Representações Sociais	
Campanha política e representações morais: o embate Luizianne - Moroni na disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2004	117
Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho	
O candidato da Igreja: do que nos fala sua presença na política	149
Júlia Miranda	
Imagens e símbolos de uma disputa política	171
Maria Auxiliadora Lemenhe	
Parte III - Processos Político-Eleitorais e Mídia	
Impasses da profissionalização da política: centralização da mídia e hibridização de práticas nas campanhas eleitorais	193
Heloíza Matos	
Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: estratégias político - discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004	207
João Emanuel Evangelista	
O simulacro da participação popular no horário eleitoral gratuito no rádio na campanha pela prefeitura de Fortaleza em 2004	237
Márcia Vidal Nunes	
O espetáculo e as mídias como estratégia de comunicação da campanha anti-eleitoral "Greve de Voto"	254
Glícia Maria Pontes Bezerra	

O Candidato da Igreja

do que nos fala a sua presença na política brasileira

Júlia Miranda¹

*Voto no candidato da minha igreja;
...você pode confiar, ele é um homem de Deus
(eleitor pentecostal)*

*É isso que as pessoas querem;
um trabalho religioso voltado
para o social
(candidata católica)*

RESUMO

Desde 1996, as eleições no Brasil mostram o aumento do número de senadores e deputados eleitos pelos seus respectivos grupos religiosos: são os *candidatos da igreja*. Eles representam um elemento importante para a compreensão do que chamamos de cultura política brasileira. Neste artigo são analisadas algumas das implicações da presença desse novo tipo de parlamentar.

PALAVRAS-CHAVE

CULTURA POLÍTICA

RELIGIÃO E POLÍTICA

ELEIÇÕES E VOTO RELIGIOSO

CANDIDATOS DA IGREJA

As Casas Legislativas federal, estadual e municipal no Brasil abrigam, desde a década de 90 do século XX, uma personagem até então estranha à política. Ela é, no início, apenas uma curiosa presença a despertar sorrisos entre seus pares, pouco afeitos ao convívio com parlamentares de características tão singulares quanto o fato de se identificarem religiosamente e, mais do que isso, tendo construído suas candidaturas com base na pertença a denominações específicas que eles afirmam representar.

¹ A autora é professora titular da UFC, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

As eleições de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2004 vão mostrar as particularidades dessas candidaturas, de corte pentecostal², entre as quais: seu gradual surgimento em todas as capitais brasileiras; a inequívoca liderança da Igreja Universal do Reino de Deus; a consolidação de bem sucedidas estratégias para a apresentação dos candidatos; a entrada da Assembléia de Deus nesse processo³ e; finalmente, a apresentação, por ambas as denominações, de membros da hierarquia – bispos e pastores – como opções para os eleitores. Eles são os *candidatos da igreja*.

Essa expressão, que se consolida na mídia, invade o espaço da academia, causa estranheza aos pesquisadores de outras realidades sócio-religiosas e é utilizada com muita cautela pelas lideranças eclesiais⁴, parece se referir a um fenômeno tipicamente brasileiro. Indissociável, por definição, dos processos eleitorais, representa elemento importante para a compreensão do que chamamos de nossa cultura política. Este artigo reflete sobre algumas das implicações dessa presença, tomando como base as eleições acima relacionadas, ao longo das quais foram feitas etnografias de eventos políticos e religiosos, entrevistas, análise de material de campanha e acompanhamento de candidaturas⁵.

O Voto da Fé⁶

Para entender o *candidato da igreja*, ou seja, os elementos que criam as condições para o seu surgimento e sucesso eleitoral, assim como para pensar as implicações políticas e religiosas de sua presença na política partidária brasileira deste início de século XXI, parece-me interessante, num primeiro momento, fazer um contraponto com certas

² Até 2002 os evangélicos mais do que triplicam o número de eleitos (57). Os pentecostais chegam a 43, divididos entre cinco denominações: Igreja Universal do Reino de Deus (18); Assembléia de Deus (18); Evangelho Quadrangular (5); Sara Nossa Terra (1) e Internacional da Graça (1). Nesse pleito, apenas cinco denominações não são pentecostais. Como se pode notar a IURD e a AD lideram quanto ao número de eleitos e as bancadas vêm se elitizando, isto é, seus integrantes são cada vez em maior número ligados à hierarquia: na IURD, em 1998 eram 2 bispos e 7 pastores eleitos; em 2002 são 6 bispos e 6 pastores. A AD passa de 1 para 4 pastores.

³ Embora a IURD e a AD sejam as principais protagonistas desse processo, outras denominações pentecostais têm apresentado candidatos próprios.

⁴ Depois que a mídia começou a enfatizar o compromisso desses candidatos apenas com os interesses da igreja, as lideranças e assessores vêm utilizando o artifício de dizer que eles “representam” a igreja, mas são candidatos de todo o povo.

⁵ A pesquisa foi realizada no âmbito do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) do PRONEX.

⁶ O termo “fé” tem aqui o significado de crença religiosa.

candidaturas de corte católico surgidas no mesmo período. Elas têm em comum aquele que eu chamo aqui de *voto da fé*. Esse voto vem garantindo o sucesso dos *candidatos da igreja* e também dos candidatos das comunidades da Renovação Carismática e de outros postulantes católicos que não se vinculam a grupos ou à Instituição. Tanto entre protestantes como entre católicos observa-se, assim, a irrupção do religioso na política partidária através de práticas que buscam adequar respostas, fundamentadas religiosamente, às demandas da sociedade.

Mas, o que seria *o voto da fé*? O Ceará, como os demais estados brasileiros, registra, até 2004, um crescendo das candidaturas tanto de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus quanto da Assembléia de Deus.⁷ Entretanto, talvez dada a sua posição de segundo estado mais católico do país e de importante pólo da Renovação Carismática Católica, surgem aqui, nessas eleições municipais, novos e inquiridores elementos para análise. Tome-se, como emblemáticos, dois momentos do pleito na capital, Fortaleza. São eles; a candidatura de Fátima Leite, apresentadora de um programa de rádio numa emissora católica, e as candidaturas dos representantes da IURD e da AD⁸, que repetem um padrão já observado nas disputas eleitorais anteriores. A primeira lança o já vereador pastor Gelson Ferraz e o estreante pastor Eliezer Moreira⁹, enquanto a AD apresenta as candidaturas do pastor Francisco Paixão e do evangelista Mairton Félix.

Fátima Leite: Ela é pedagoga nascida na cidade de Mauriti, onde foi professora de primeiro grau, e pode ser vista como “zebra” nessas eleições municipais em Fortaleza. É eleita vereadora pelo PHS, com 5.220 votos, sem nenhum investimento financeiro, sem ter feito ou participado de um comício - do tipo convencional - sequer, e principalmente, sem qualquer contato anterior com a política. Não há como classificar o voto de que ela é beneficiária, como “de escraço” ou de “indignação”¹⁰. Tampouco este é um voto “institucionalmente” religioso; ela não representa a Igreja Católica ou mesmo a Renovação Carismática. Sequer sua comunidade religiosa de pertença. Fátima Leite elege-se rezando o

⁷ No primeiro caso com espetaculares vitórias e, no caso da AD, com as derrotas de 2004 se seguindo aos sucessos de 2000.

⁸ IURD e AD designam neste texto, respectivamente, Igreja Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus.

⁹ Curiosamente, pela primeira vez um representante da hierarquia eclesiástica se apresenta oficialmente candidato sem o título de pastor, fato que se repete nas demais capitais e requer especial atenção

¹⁰ Como é o caso do voto que elegeu o deputado federal paulista Enéas ou a vereadora de Fortaleza e *striper* Débora Soft

terço - o *Terço da Misericórdia* - nos mais diferentes locais da capital – casas, churrascarias, mercearias, oficinas, pizzarias e mesmo ruas fechadas para esse fim¹¹, entre outros - a convite de moradores da periferia da capital. Ela fica conhecida como a *Voz da Misericórdia*.

Católica desde criança, a nova vereadora dedica-se ao lar e às atividades na Renovação Carismática, onde ingressou há 16 anos, e onde é consagrada em comunidade de aliança¹². Ela esteve à frente de um programa na extinta rádio de Fátima, em Fortaleza, e hoje apresenta um programa diário na Rádio Assunção, sob o comando da Comunidade Shalon da RCC¹³ há quase quatro anos. É o *De Bem com a Vida*, que vai ao ar das 13:30hs às 16hs e tem nos “miseráveis da periferia”, seus principais ouvintes. A grade da programação varia ao longo da semana e inclui, de um modo geral, leitura de textos católicos para meditação, orações, “caminhadas com Maria” e novenas da medalha milagrosa. O ápice da programação ocorre às 14hs, com *Um Mergulho na Misericórdia*, alusivo à Santa Faustina - divulgadora da misericórdia. Nesse momento é rezado o terço e, através do exercício de carismas como o de ciência e o de cura, os ouvintes recebem graças intermediadas por Fátima.

Vale destacar que a programação de Fátima na rádio Assunção reúne, ali mesmo na sede, todos os dias, dezenas de fiéis que acompanham o terço numa tenda montada para esse fim: a *Tenda da Misericórdia*. Ela abriga as pessoas que, não querendo ficar em casa, ao pé do rádio, tampouco cabem no exíguo espaço do estúdio. Funciona, assim, como extensão ao mesmo tempo do estúdio e da comunidade; promove a proximidade, indispensável para muitos, com a mediadora das graças alcançadas nesses momentos de oração.

Mesmo declarando-se vocacionada para a política, ela frisa que a decisão de candidatar-se só veio depois de muita insistência de *irmãos da comunidade de aliança*. O que a convenceu foi a certeza de que na Câmara Municipal seu trabalho será estendido, abrangendo não apenas as causas espirituais mas também a assistência social. A nova

¹¹ Com autorização do Detran

¹² Os membros das comunidades de aliança não moram em residências coletivas, (como nas comunidades de vida) mas nas respectivas casas, e participam de reuniões frequentes do grupo. Seus bens são, em princípio, disponibilizados para uso de todos, quando necessário.

¹³ A comunidade Shalon é a primeira implantada no Ceará. Tem mais de 20 anos e se tornou centro de referência para o país na formação de leigos, já tendo também sucursais no exterior. RCC é grafia alternativa para Renovação Carismática Católica

vereadora não mantém contatos com fins eleitorais fora dos locais que visita a convite dos fiéis católicos, em sua imensa maioria alheios à Renovação Carismática, como ela mesma destaca. Para fins desta reflexão chamo o voto que a elegeu de o *voto da fé*.

Nunca prometi nada, não fiz promessas de nenhum tipo, não houve troca diz ela, acrescentando que apenas queria ser um diferencial. Mas não sabe explicar o que seria isso, pois, ao dizer que vê o mandato como uma missão que lhe foi confiada, ela lembra que outros políticos também pensam assim. *Os pobres são o meu alvo* declara, *pobres de tudo, principalmente de educação. Eu trago os temas sobre Maria do espiritual para o social; discuto com os ouvintes os problemas dos meninos de rua, das mulheres abandonadas, das mães solteiras. É isso que as pessoas querem; um trabalho religioso voltado para o social.*

Oito pessoas, das quais apenas duas do Shalon (as outras eram voluntárias da rádio Assunção), compunham a equipe de Fátima, que percorria a cidade com um sistema de som, pão e café. Daí porque ela a chamava de *Campanha do Pão com Manteiga*. Desde o dia 10 de julho, quando do primeiro convite para rezar o *Terço da Misericórdia*, ela não pára mais. Quando a agenda da noite estava cheia, ela rezava também à tarde. Quem fazia o convite alugava as cadeiras, levava mesas e até lanche. Findo o terço, ela falava de suas intenções e submetia sua postulação à apreciação das pessoas. Ao terminar a campanha, restam ainda 107 pedidos de terço que não podem ser atendidos. Fora do roteiro do *Terço da Misericórdia* Fátima percorre e conversa com fortalezenses reunidos no Beco da Poeira¹⁴, no centro da cidade, no Mercado Central e na avenida Monsenhor Tabosa¹⁵. E ela conclui, encantada, que “o povo confiou” nela.

Os candidatos da igreja: Ser *candidato da igreja* significa ser o alvo de todas as ações político-eleitorais. Como em eleições anteriores, na campanha do pastor Gelson Ferraz à Câmara Municipal de Fortaleza em 2004, os obreiros, em todos os templos da Igreja Universal do Reino de Deus, vestem camisetas com foto e número do candidato e distribuem material de todo tipo. Como *candidato da igreja*, o pastor tem acesso ao palco – ou lugar que funciona como tal - para apresentação de suas idéias. Também do palco os pastores que dirigem os cultos instam os fiéis a repetir o nome e o número do candidato, num trabalho de memorização cujo sucesso se faz sentir ao terminar a apuração. Como já

¹⁴ local de comércio popular no centro de Fortaleza

¹⁵ Rua caracterizada pelo comércio de confecções e pela grande afluência de turistas

vem ocorrendo desde os anos 90, os representantes da Igreja Universal foram eleitos entre os 10 mais votados.¹⁶

Nas eleições municipais de 2004 tanto a IURD quanto a AD lançam dois candidatos “oficiais” (ou da igreja), mas neste último grupo religioso, outros membros buscam eleger-se e freqüentam mesmo o seu templo central. As diferenças entre estas denominações serão analisadas adiante.

Uma constatação; Fátima Leite é eleita por fiéis, majoritariamente católicos de vários tipos, sem o respaldo de nenhuma instituição religiosa, enquanto as observações apontam para o fato de que os *candidatos da igreja* o são, numa maioria esmagadora, pelos fiéis de suas respectivas denominações.

Dois casos que se tornaram exemplares apóiam essa tese. O pastor da IURD, Eriberto de Souza, eleito deputado estadual em 1998, desentende-se posteriormente com a hierarquia eclesial, larga o pastoreio e a denominação que o elegeu com excelente votação e, ao tentar reeleger-se em 2002, obtém apenas 1.338 votos. O ex-pastor Alexandre de Jesus, vereador de Fortaleza até janeiro de 2005, eleito também como candidato da Igreja Universal do Reino de Deus, vem igualmente a afastar-se das atividades hierárquicas e da própria denominação, *pela dificuldade de suportar a pressão advinda do confronto entre indivíduo e instituição*, no exercício do mandato parlamentar¹⁷. Consciente da impossibilidade de eleger-se sem o apoio da IURD, ele desiste de buscar a reeleição.

Penso que a existência, no seio da sociedade brasileira hoje, de dois processos interligados, quais sejam: a transformação nas formas de crer e o surgimento de novas dinâmicas identitárias, balizam o quadro no interior do qual emergem os fatos relacionados acima. Esses dois processos têm a ver com o lugar ocupado pela religião no espaço público brasileiro.

As eleições municipais de 2004, assim, acrescentam novos elementos a essa desafiadora mistura de representações, crenças e atitudes dificilmente classificáveis, de pronto, como religiosas ou como políticas. Temos, no mínimo, que distinguir os atores

¹⁶ Enquanto nenhum dos candidatos da Assembléia de Deus conseguiu se eleger, contrariando os resultados do último pleito, federal e estadual.

¹⁷ O ex Pastor Alexandre de Jesus está atualmente na Igreja Batista tradicional, na qual não deseja, segundo declarou, vir a ocupar nenhum cargo na hierarquia.

envolvidos nesses processos; suas vivências, convicções e motivações, que podem variar conforme se enfatize as lideranças eclesiásticas ou os fiéis.

A presença desses candidatos e parlamentares que portam o “selo” de suas denominações religiosas constitui elemento de importância não desprezível para se pensar, por exemplo, as recomposições dos imaginários sociais¹⁸ e os novos desafios da convivência entre parlamentares do mesmo partido e de partidos concorrentes¹⁹.

Experiência, Sentido, Identidade e Poder

Os fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus e da Assembléia de Deus afirmam com simplicidade e convicção: “*voto nele porque é da igreja; voto porque ele é escolhido por Deus para fazer coisas boas; voto porque ele defende a obra de Deus; voto porque ele é de Deus ou voto porque você sabe a honestidade dele, porque ele é de Deus*”. Poder-se-ia dizer que esses eleitores são induzidos, forçados ou que sofreram lavagem cerebral. Qualquer processo de coação aqui apontado mereceria, no mínimo, um aprofundamento, indispensável para evitar as simplificações.

Afinal, também é possível pensar nesse voto como ligado à idéia de *salvação* que, entre os pentecostais, remete à prática da oração, seu principal requisito, e se dá no encontro com Jesus, através da graça do Espírito Santo. Para esses fiéis é importante ser um homem ou mulher que encontrou Jesus, e esse encontro os faz diferentes e melhores. Tão diferentes que, entre católicos como entre pentecostais de várias denominações, os espaços de sociabilidade instituídos a partir de sua prática religiosa permanecem fechados em relação à sociedade plural. Há um povo de deus, os “irmãos”, apartado do mundo “lá fora”, este cheio de tentações e condutas deploráveis²⁰, justamente aquelas abandonadas após a conversão. Como não parece haver um projeto coletivo, aberto e plural, de sociedade, a política fica reduzida a sua dimensão eleitoral ou, no máximo, à ação parlamentar voltada para os interesses assistenciais e comerciais que portam o selo das denominações. As ênfases aí se dão conforme se trate dos fiéis ou de suas lideranças eclesiais.

¹⁸ Ver Miranda, Júlia **Imaginários sociais, religião e política no Brasil** (aceito para publicação) in: *Oralidade, textualidade e transformações do imaginário*, Fortaleza/Lyon, 2006

¹⁹ Ver Miranda, Júlia **Nós, vocês e eles – desafios de uma convivência (in)desejada** in *Os votos de Deus - política e pentecostalismo no Brasil*, Recife, Ed. Fundação Joaquim Nabuco, 2004

²⁰ São inúmeras as estórias sobre “haver sido e não ser mais do mundo”

Entre os primeiros, sobretudo, a política aparece como algo inevitável (porque reduzida às eleições), portadora de divisão e de intrigas incompatíveis com o espírito de fraternidade que existe entre os fiéis. Cabe-lhes, pois, garantir a unidade. Ademais, a certeza de que são alvo de “perseguições” e de “injustiças”, pela opção religiosa feita – crença insistentemente alimentada pelos dirigentes de culto em várias denominações – acaba por levá-los a um certo sentimento de marginalidade, com a conseqüente busca de união interna e de organização. Esse processo desemboca, finalmente, no que tange à política, nessa forma de ação comum de resistência traduzida na fórmula “irmão vota em irmão”, tão funcional aos projetos das lideranças.

Contrapondo o “voto escolha” àquele que ele chama de “adesão”, Palmeira (s/data) destaca que esta última “é um processo que vai comprometendo o indivíduo ou a família ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política.” Lembra ainda que “este é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes posições ou categorias sociais, o que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização”.

Embora o autor se refira às disputas eleitorais e às construções da política na zona canavieira de Pernambuco, a sua reflexão me parece pertinente para pensar a realidade de que trato aqui. A família como unidade mínima da política, e não o indivíduo livre (como na moderna teoria do Estado) está, nesse caso, substituída pela igreja, também uma espécie de família onde todos são “irmãos”. A “lealdade primordial” que fala mais alto nesse caso é aquela fundada na crença religiosa comum, o que garante o reconhecimento das lideranças e de seus papéis, legitimando as candidaturas para além da análise dos indivíduos que as portam. Não está em jogo, portanto, uma escolha racional, do tipo que resulta da avaliação dos meios com relação a finalidades - nem política no sentido *stritu* - de representantes aptos para as funções almejadas. As justificativas o demonstram: “*voto porque é da minha igreja; voto porque é de deus*”. Estamos aqui mais próximos daquela racionalidade própria das ações religiosamente motivadas que, segundo Weber, são apenas relativamente racionais, posto que orientadas pelas regras da experiência.

Católicos e pentecostais percebem-se como os únicos portadores de valores éticos (religiosos) e “batizam” a política, para “salvá-la”. A *salvação* e aquele que a possibilita - *o salvador* - implicam uma luta permanente contra *o mal*, diferentemente representado pelos

diversos grupos religiosos. Jesus é *o salvador* também na política, e nela sua ação é mediada pelos candidatos que representam as denominações. A legitimidade dessa mediação varia de intensidade segundo os grupos religiosos, embora a pesquisa tenha mostrado que ela está na base dos votos dados aos *candidatos da igreja* e mesmo àqueles que representam comunidades carismáticas (neste caso em muito menor escala).

É possível constatar ainda que os fiéis da Assembléia de Deus, contrariamente aos da IURD, têm muito menos propensão à identificar nos *candidatos da igreja* aqueles que merecem seu voto, apenas porque são “irmãos” (alguns aspectos dessa diferença serão analisados adiante). Daí a observação de um assistente de gabinete do recém eleito vereador, pastor Eliezer Moreira (IURD), para quem “a Assembléia de Deus não conseguiu eleger nenhum candidato (nas eleições municipais de 2004), porque eles não se organizam...eles têm muitas ramificações,...não conseguiram concentrar voto em um candidato...diferente da IURD, cujo candidato era o mesmo, no templo do Montese como no do Papicu”.²¹

E os eleitores de Fátima Leite? Eles são católicos sem lideranças únicas identificáveis por todos, e tendo como quadro institucional apenas uma Igreja Católica, espaço, hoje, de representações e práticas diferenciadas. As justificativas para o voto são semelhantes: “*ela é uma mulher de fé; é uma serva de Deus; o povo de Deus acredita nela e lhe confia uma missão*”. As motivações expressadas são semelhantes.

Entendo como políticas e também religiosas as práticas acima descritas. Prefiro pensar que se trata aqui de religião sim – pelo menos num sentido *latu* - daí porque chamo a esses votos de *voto da fé*, e lembro com Geertz (2001) que, “quando olhamos agora para nosso mundo sintonizado na mídia, para tentar ver o que há nele de religioso, não vemos - como alguns estudiosos no passado – uma luminosa linha divisória entre as preocupações com o eterno e as do cotidiano. Vemos, ao contrário, em todos os lugares, concepções de cunho religioso sobre o que é tudo, sempre e em toda parte, sendo impelidas para o centro da atenção cultural”.

Há, naturalmente, diferenças entre as sociedades e particularidades de um e outro contexto que nos cabe observar e analisar. Ao recusar-se a reduzir a religião à uma experiência individual, aquele antropólogo destaca sua caracterização não apenas como

²¹ Bairros de Fortaleza

experiência, identidade e poder, mas também como *sentido*. Chama atenção para o fato de que o mundo não funciona apenas com crenças, mas dificilmente consegue funcionar sem elas. E acrescenta que hoje, menos do que nunca, nós cremos solitariamente.

A antropologia, a história e mesmo a filosofia, hoje mais do que na primeira metade do século XX, opõem-se à uma certa ortodoxia que negligencia ou exclui todos os fatores afetivos e imaginários do político ou que, na melhor das hipóteses, os vê como formas marginais e residuais perturbadoras. Consideram vão o desejo de transformar a vida política num espaço apenas da razão instrumental, da qual estaria excluída, por exemplo, a religião. Qualquer classificação feita com base em concepções a-priorísticas do religioso e do político tende a nos afastar da análise daquelas que Wunenburger chama de “práticas desconhecidas, mal-interpretadas ou diabolizadas” presentes no exercício da política.

O olhar sociológico sobre os fatos religiosos vem mostrando que, nas sociedades ocidentais, o fim gradual das religiões assumidas por tradição é contemporâneo de um crescimento das adesões livres, das conversões que seguem “lógicas” distintas da imposição familiar como, entre católicos e pentecostais: os “chamados pessoais”, a “descoberta de respostas” para os problemas individuais, ou o “encontro com Jesus”. Cada vez mais, ao invés de pessoas que se dizem adeptas de uma religião porque os pais a escolheram em seu lugar - criando-as conforme as regras de conduta que lhes são inerentes - surgem os “peregrinos” que circulam por vontade própria entre tradições religiosas distintas ou fazem com elas uma certa bricolagem. Outras vezes, a cena é tomada pelos “convertidos”²² que, através dos “renascimentos”, imprimem outros sentidos à antiga pertença religiosa; esse é o caso, no Brasil, dos “novos” católicos e daqueles que fazem o trânsito entre as denominações pentecostais e as diferentes formas de catolicismo, tradicionais ou renovadas.

Essa adesão religiosa pessoal e deliberada é uma escolha livre e reversível, à qual o indivíduo atribui um sentido, e que não exclui sua atualização no interior de grupos de partilha; não torna dispensável a “estrutura de plausibilidade” requerida por toda forma de religiosidade.

²² Os termos “peregrino” e “convertido” são aqui usados no sentido que lhes é dado por Daniele Hervieu-Léger em *Le pèlerin et le converti: la religion en mouvement*, Paris Flammarion, 1999

Ao contrário, nos grupos de oração como entre os integrantes de uma mesma pastoral e, sobretudo, nesses “laboratórios comunitários de produção de sentidos” representados pelas comunidades de vários tipos (eclesiais de base, carismáticas e pentecostais, no caso dos cristãos) são produzidos “significados religiosos do mundo”. Significados que “freqüentemente se distanciam de sua definição doutrinária” (Hervieu-Léger). No caso dos católicos esse é um elemento de maior novidade, se comparados aos pentecostais, oriundos da tradição protestante já ela mais afeita às fragmentações internas.

Os significados, presentes nos símbolos religiosos, remetem às formas pelas quais os indivíduos representam-se a si mesmos e à sociedade; pensam a relação com o outro e com o mundo, orientam condutas e práticas individuais e sociais, entre as quais a política. Daí que essas novas formas de pertença religiosa, nela incluídas a adesão e a experiência comunitária renovadas, dão lugar àquele que eu chamo de processo de ressignificação da religião e das realidades que com ela se articulam - como a política. E a esse processo remetem os fatos relacionados acima.

Se podemos, no Brasil, falar em novas formas de crer, não nos é possível, por outro lado, esquecer que, a despeito de um recente e peculiar pluralismo religioso e de uma certa fragmentação do catolicismo, esta é uma sociedade de imensa maioria cristã²³. Mesmo os que se dizem espíritas e adeptos da umbanda e do candomblé têm o cristianismo como referência religiosa última.

Para falarmos do trabalho da religião dos brasileiros deste final/início de século nos processos de ressignificação do político é, pois, necessário, pensar nossas especificidades históricas e culturais e, entre elas, a matriz religiosa que desenvolvemos e sua correspondente matriz secular (ou profana), além de observar como ambas se articulam historicamente com a política²⁴. E mais, há que se considerar o fato de que o cristianismo exerce, nas sociedades ocidentais, a função infra-política própria da religião (Willaime).

Da Igreja ao Parlamento

²³ Segundo o censo de IBGE 2000, os cristãos brasileiros, católicos e protestantes, somam 89.2% da população.

²⁴ A tradição cristã, com seus mitos e símbolos, mesmo quando re-empregados fora do contexto originário de significação (de Certeau) está inegavelmente presente – e tem mesmo lugar central – nesse processo permanente de ressignificação do nosso universo político, entre outros.

Tanto a Igreja Universal do Reino de Deus quanto a Assembléia de Deus vêm, há cerca de 15 anos, construindo e aperfeiçoando estratégias de representação parlamentar²⁵, com especial atenção para os pleitos nas capitais. Desde que decidiram entrar na política partidária²⁶ de forma organizada – primeiro a IURD e depois a AD - as lideranças eclesiais têm estado envolvidas em conflitos e disputas de poder que se iniciam no âmbito das comunidades de fé e se estendem às relações no interior dos partidos, com as respectivas lideranças, para as negociações que visam à obtenção de legendas. Quando os *candidatos da igreja* são eleitos, os conflitos adquirem novos tons, pois implicam uma convivência incômoda e até certo ponto inusitada. Ali, todos são iguais, porque pertencem ao mesmo partido, mas também são diferentes, na medida em que uns são “da igreja” e outros não. Também entre “irmãos” evangélicos, uns são “mais irmãos” que outros, pois representam igrejas distintas. Exemplo disso é a dura crítica do presidente do PL no Ceará, e membro destacado da IURD em 2002, ao uso da sigla pelos pentecostais da AD “apenas para se elegerem às custas da legenda”. À época a sigla ainda era vista no estado como “o braço político da Igreja Universal. Esse crescendo dos conflitos explica-se pelo reforço das solidariedades e, conseqüentemente, dos enfrentamentos com “os outros”.

No momento de fazer coligações, não é raro que os interesses da igreja e do partido ao qual pertencem os parlamentares-religiosos entrem em choque. A ambigüidade das relações partido/igreja podem ser vistas através do caso PL/IURD no Ceará. Elas se explicitam, por exemplo, nas eleições de 2002. O dirigente liberal, cuja agremiação está, naquele momento, coligada com o PT em âmbito nacional, possui interesses que o fazem hipotecar apoio público, no primeiro turno, ao candidato do PMDB ao governo do estado. Questionado pela imprensa, ele justifica: Não é um apoio do PL, mas uma determinação do ministério, é o apoio da igreja. Criticado, ele completa: *Eu sou apoiado pela igreja mas não sou dirigente dela; nacionalmente o PL continua seguindo o que a verticalização nos impôs, mas aqui no Ceará a igreja optou pelo senador*. Igreja ou partido, o presidente do PL parece falar em nome de um ou de outro ao sabor das circunstâncias e conveniências. Vale lembrar que os votos do PL/IURD que faltaram ao candidato José Airton, do PT, no

²⁵ Por enquanto as candidaturas que as representam são apenas ao poder legislativo

²⁶ O “batismo no espírito santo” da política brasileira se deu ainda nos anos 80, por ocasião das eleições gerais constituintes de 1986.

primeiro turno ao governo do Ceará poderiam tê-lo eleito²⁷. Quando a igreja, já no segundo turno, resolve ir às ruas em ato público, identificando o antigo governo estadual ao diabo e lembrando que *o povo de Deus sabe como se livrar do diabo*, a correlação de forças políticas já é outra e o candidato tucano se elege, ainda que por uma margem pequena de votos.

Cabe aqui destacar que há diferenças entre essas duas grandes denominações pentecostais quando se observa a construção do *candidato da igreja*. Na Assembléia de Deus, embora as lideranças venham se espelhando na ação política da IURD, as características distintas das práticas religiosas de seus membros, assim como as distinções de natureza eclesial, que implicam uma maior independência das igrejas afiliadas, levaram a formas diferentes de indicação dos candidatos, como constatado nas eleições municipais de 2004 em Fortaleza.

Em ambas, no entanto, sobressai um certo fascínio com a “descoberta do poder”, por parte dessas lideranças, em sua grande maioria provenientes das camadas mais pobres e menos escolarizadas da população, não raras vezes resgatadas de situações marginais (como alcoolismo, uso de drogas e prática de vadiagem) pelo “chamado de Jesus”. Levando-se em conta o lugar quase inexpugnável em que nossa sociedade coloca os portadores de mandato político, tornando letra morta a igualdade constitucional entre cidadãos, essa descoberta - e de sua força também simbólica - pode ajudar a explicar as lutas internas a que dá lugar a indicação do *candidato da igreja* a cada nova eleição. Essas lutas, ao contrário do que possa parecer, adquirem cores diferentes segundo as instituições consideradas.

Assim, por exemplo, enquanto na Igreja Universal do Reino de Deus a indicação dos *candidatos da igreja* é feita pelos dirigentes, na Assembléia de Deus ela assume outras formas, inclusive – como no caso das eleições municipais de 2004 em Fortaleza – a de uma consulta prévia à membresia, a partir da apresentação de postulantes. Nas eleições municipais de 2004 ambas lançam dois candidatos “oficiais” - ou da igreja - mas nesta última outros membros buscam eleger-se e freqüentam mesmo o seu templo central.

²⁷ Durante toda a campanha multiplicam-se os casos de insubordinação de diretórios do PL contra a aliança com o PT no Ceará. Em janeiro de 2003 a imprensa dava conta de 16 diretórios municipais ameaçados de intervenção.

Uma vez que os *candidatos da igreja* têm sido principalmente membros da hierarquia²⁸, não há como fugir da pergunta: Quem são eles e em que consistem; sua formação e atuação pastoral? Afinal elas é que os credenciam para o exercício do mandato político, segundo os dirigentes dessas igrejas.

Na Igreja Universal do Reino de Deus como na Assembléia de Deus pouco se diz de modo a fazer inteligível ao leigo pesquisador a formação desses pastores. Sabe-se, por exemplo, que há nas duas denominações uma hierarquia com funções específicas (na AD, por exemplo, auxiliares, diáconos, presbíteros, evangelistas ou pastores). Mas não é preciso passar por todas elas para chegar a pastor. Em ambas insiste-se em que para chegar a pastor o fiel deve dar testemunho de valores morais na condução de sua vida privada, ler sistematicamente a Bíblia e adotá-la como orientação de conduta, demonstrar capacidade de bem interpretá-la para a glória do Senhor e mostrar amor e temor a Deus. Com menos ênfase até bem recentemente, as lideranças destacam, quando indagadas sobre aquilo que as qualifica como bons pastores, o exercício de atividades de assistência social à comunidade de fiéis²⁹.

No entanto, é nessa área que vem investindo maciçamente a Igreja Universal do Reino de Deus, através da Associação Beneficente Cristã, seu braço social com atuação em várias regiões do Brasil. Nas eleições de 2002 a campanha do Bispo Marcelo Crivella ao senado, pelo Rio de Janeiro, fez referência permanente não apenas à ABC mas sobretudo ao Projeto Nordeste, criado e dirigido por ele³⁰. Cada vez mais, aliás, os grupos religiosos evangélicos vêm conquistando espaço social e se credenciando como parceiros confiáveis do Estado na execução de políticas públicas.³¹

Ouvi com freqüência de *candidatos da igreja* ou de deputados eleitos pela Igreja Universal do Reino de Deus que, até serem indicados para representá-la numa eleição, eles jamais haviam pensado – muitos deles sequer o desejavam – em entrar para a política. Mas,

²⁸ Na IURD essa é uma norma assumida como parte da estratégia política

²⁹ Hoje, quem acessar o site do pastor Ronaldo Martins (deputado estadual cearense) da IURD na internet lerá: “*Realizando um trabalho de assistência e apoio aos mais carentes, Ronaldo Martins pode sentir de perto as necessidades das milhares de famílias que vivem praticamente à margem da sociedade, completamente esquecidas pelo poder público*”

³⁰ O Projeto Nordeste, no interior da Bahia, visa a transformar a *Fazenda Canaã* em um modelo alternativo de irrigação para o semi-árido, apresentando assim a IURD como uma confiável e possível parceira nos programas de políticas públicas em âmbitos federal e local.

³¹ Sobre o tema ver Joanildo Burity (comunicação apresentada na 57ª reunião anual da SBPC, Fortaleza, 2005)

um deles me disse não haver como fugir à designação, apresentada como um “convite” irrecusável, vez que implica uma distinção. Um parlamentar eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus, e posteriormente desiludido com a atividade política, teve como única opção para desistir dela, a de desligar-se da igreja. Os dirigentes não admitiram sua decisão.

As lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus falam da prática de um rodízio dos nomes, após cumpridos dois ou três mandatos. A verdade é que a renovação dessas bancadas vem chamando a atenção de pesquisadores Brasil a fora³². Em muitos casos – como aqueles aqui relatados – o que faz esses representantes religiosos abandonarem a política são os desentendimentos com as lideranças eclesiais, que não abrem mão de uma ingerência direta e permanente sobre todas as ações parlamentares dos eleitos. Conforme me afirmou um deles; a descoberta da política, no campo que lhe é próprio, pouco significa, já que os mandatos são monitorados “eclesiasticamente”. Essa realidade explica, em parte, a renovação das bancadas.

Mais recentemente surgiu nessas denominações religiosas a figura do “coordenador político”. Vale lembrar que, já nas eleições de 1996, também a Renovação Carismática Católica cria uma Secretaria de Ação Política, justamente para orientar seus membros no exercício da prática eleitoral.

Os Donos do Poder

“Por que um coordenador político em uma igreja” me perguntava uma estudante de mestrado ainda pouco familiarizada com a nova realidade religiosa brasileira. Sua estranheza reflete o pensamento de todos quantos se acostumaram a pensar a política, por definição, excludente da religião. Veja-se uma resposta possível; ela é dada por um pastor da Assembléia de Deus, em carta aos membros de sua igreja, durante a campanha de 2004:

“Entendo e acho válida a iniciativa do evangélico que se candidata a uma vaga na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa, no Senado, etc, com o objetivo de fazer a diferença e ser um legítimo representante da igreja. Só que

³² Conforme também Ma. Das Dores Machado “O interesse dos evangélicos fluminenses pelo legislativo” (comunicação apresentada no XI Congresso da SBS, Campinas, 2003)

a experiência tem nos mostrado que além do sucesso da eleição, se torna necessária a formação de uma equipe permanente, formada por homens ou mulheres de Deus, para darem o apoio necessário a esses irmãos durante os mandatos, agindo como conselheiros, pacificadores, mediadores, intercessores, gerando assim uma condição maior para um atendimento claro e sadio dos eleitos, ao povo de Deus³³.”

A figura do coordenador político, que se impõe tanto na Igreja Universal do Reino de Deus quanto na Assembléia de Deus, desde o final dos anos 90, representa um elemento importante nesse novo cenário religioso e político-partidário nacional. Bastante polêmicas, porquanto as reais funções de seus ocupantes vão da ingerência na indicação do candidato da igreja à cobrança do “direito” às bem pagas assessorias parlamentares dos eleitos, essas coordenações vêm se tornando objeto de cobiça e motivo de acirramento das lutas internas na igreja. É possível ver o coordenador político também como preposto de um determinado parlamentar eleito pela igreja e desejoso de manter sua influência num ambiente em que as posições podem se dividir em mais e menos democráticas, como no caso da Assembléia de Deus (Convenção Belenzinho) cearense³⁴, nas eleições municipais de 2004. Àquela época, o deputado federal eleito pela denominação em 1998, através do Partido Liberal (com os votos da legenda), tem no coordenador político um verdadeiro “cabo eleitoral”, cujo poder lhe permite exigir, além da representação de gabinete daquele deputado, também a principal assessoria parlamentar do deputado estadual eleito pela igreja nas mesmas eleições.³⁵

A “equipe permanente” para ajudar no exercício do mandato dos eleitos de que fala o pastor citado acima remete ao *Projeto Cidadania Assembléia de Deus Brasil*, instituído em convenção nacional realizada na cidade de Salvador em 2002, antes das eleições daquele ano. Ali foi criada a Coordenação Política Nacional (à frente o pastor Ronaldo Fonseca, de Brasília), que daria as diretrizes gerais para as coordenações políticas das capitais, funcionando estas, no restante, de acordo com as realidades locais. Ficou acertado que cada eleito teria um diretório, isto é, aquela “equipe permanente” já aludida. “*Na realidade porém, o que acontece em Fortaleza, é que cada eleito tem o seu representante*

³³ Os grifos são meus e destacam aspectos importantes para esta reflexão.

³⁴ A Convenção Belenzinho da AD tem 250 templos na capital e mais de 5 mil em todo o estado do Ceará

³⁵ Em 2004 isso montava a 9 mil reais.

em cada templo, uma espécie de cabo eleitoral” declara um pastor que não segue a linha de pensamento e ação do coordenador político e do deputado federal eleito em 1998, tido já à época, como aquele que dá a última palavra na AD cearense, ainda que reconhecido por muitas outras lideranças como autoritário e voltado apenas para os seus interesses pessoais.

Os conflitos são múltiplos e envolvem as lideranças, estas sempre muito cautelosas para que as discordâncias não cheguem até “os irmãos”. E esses conflitos envolvem mesmo ameaças anônimas sobre práticas ditas “danosas à preservação dos preceitos cristãos” de companheiros, veiculadas no material usado nas atividades intra-eclesiais. E mais, a intolerância atinge também os candidatos fora da igreja. Em 2004, os apoiadores de determinado pastor ameaçam “dar um pau” nos que apóiam um candidato laico, cujo comitê está localizado ao lado do templo central da AD. Essas divergências levam a que, embora *candidatos da igreja*, os dois postulantes à Câmara Municipal, não tenham o mesmo apoio por parte da hierarquia.

Nesse jogo de muitos conflitos e variados processos de legitimação as lideranças eclesiais chegam, às vezes, a dar a impressão de considerar tanto os partidos como os eleitores, um detalhe de pequena importância. Existe no seio da Igreja Universal do Reino de Deus a certeza da vitória sempre que as candidaturas são lançadas, disse-me um pastor. As eleições dos anos 90 e as do início deste século parecem mostrar que essa convicção não é infundada. Aliás, essa também parece ser uma certeza compartilhada pelos partidos que abrigam esses *candidatos da igreja* e os recebem de braços abertos, pelo menos até o início dos trabalhos legislativos³⁶.

Isso dá aos coordenadores políticos das igrejas – e a seus parlamentares - tanto uma boa margem de escolha e negociação com os dirigentes partidários, quanto o direito de afirmar, com descaso visível, que “*partido não existe*”, “*qualquer partido nos aceita*”,³⁷ ou que o partido só é importante porque sem ele não há candidatura. Assim, ao criticar duramente o deputado federal que representa a IURD e também preside o Partido Liberal, um vereador laico, líder de bancada deste partido, sugere seu afastamento mas insiste, como solução dos problemas, na ampliação da influência do deputado estadual, pastor Ronaldo

³⁶ Sobre a convivência delicada entre os eleitos pelas igrejas e os seus pares ver **Nós, vocês e eles – os desafios de uma convivência (in)desejada**, op. cit.

³⁷ Declaração do candidato da IURD à Assembléia Legislativa em 1998. A sempre imensa votação obtida pelos candidatos da IURD ajuda a eleger outros candidatos. Os representantes da AD eleitos em 2002 o foram com as sobras de votos da Universal.

Martins. Parece aí evidente que nenhum dirigente ou líder partidário, a despeito dos problemas de convivência, abre mão dos companheiros pentecostais, responsáveis pela avalanche de votos que vem possibilitando a eleição de correligionários não religiosos.

O testemunho de pastores da IURD mostra que, no interior da denominação, a prática de indicação dos candidatos segue uma verticalidade maior do que na AD: as principais lideranças decidem. Em 1998, um pastor me explica que a escolha do partido não implica nenhum critério além da aceitação das candidaturas da IURD e da avaliação, feita por esta, de que a sigla oferece o suporte necessário, isto é, garantia de eleição com base sobretudo na exigência de baixo coeficiente eleitoral. Se a esse critério soma-se a expressividade da sigla, tanto melhor.

Sobre as constantes trocas de partido dos candidatos da IURD - sobretudo até 1998, quando o PL passou a ser a opção preferida em vários estados - o pastor Heriberto Farias declarava que *“há os partidos que nos procuram e que não queremos porque não nos dão liberdade para defender a obra do Senhor; há outras vezes aqueles que nos interessam mas que não nos aceitam”*. Ele é taxativo ao lembrar que os parlamentares iurdianos não permaneceriam em partidos que porventura fechassem questão para votar contra propostas que ferem os “interesses da igreja”; nesse caso a solução seria a desobediência ou a saída da agremiação. Em 2004 a situação já mudara bastante, pois o que se observa é que todos os partidos não só aceitam esses candidatos da igreja e seus milhares de votos, como buscam o apoio público das denominações que eles representam. Lembre-se que, nas eleições de 2002, os candidatos à Presidência da República travam verdadeiro duelo midiático pela explicitação dos referidos apoios, e dão declarações enfáticas sobre a sua importância.

Pode-se pensar que a praticamente inexistente observância da fidelidade partidária no Brasil e os mecanismos de inclusão e exclusão que orientam a adesão político-partidária entre nós longe estão de complicar essa presença crescente de candidatos da igreja, principalmente, neste caso, as pentecostais.

O troca-troca de partidos entre os eleitos das igrejas é outro elemento que vem chamando atenção pela sua recorrência e presença em todo o território nacional. O pastor Pedro Ribeiro, eleito deputado federal em 2002 é um bom exemplo. Foi eleito pelo PL, que abandonou antes da posse para dirigir o PTB, que deixou logo em seguida para ingressar no

PMDB. O seu caso, no entanto não é exceção, mas a regra, entre os eleitos pela Igreja Universal do Reino de Deus e pela Assembléia de Deus.

Se até as eleições de 2002 o Partido Liberal ainda era o preferido, porque “*aberto a todas as religiões*”, possuindo no Ceará uma verdadeira simbiose com a IURD, as coisas começam lentamente a mudar já em 2004. E, em 2005, é finalmente criado aquele que já é chamado, naturalmente, de o partido da Igreja Universal do Reino de Deus, isto é, o Partido Municipalista Renovador (PMR). As lideranças pentecostais se dizem perseguidas, necessitando, portanto, de representantes na política partidária para terem “*acesso às autoridades*”, para que a “*igreja seja protegida*”, e o sonho de um partido político “com a sua cara” finalmente se concretiza.

Muitas vezes, “os interesses” defendidos pelos eleitos da Igreja Universal do Reino de Deus parecem afastar-se daquilo que a maioria das pessoas vê, imediatamente, como religioso. Assim é, por exemplo, sempre que um seu representante no Parlamento adota posições que não remetem à assuntos como a redução do barulho em certos horários e zonas da cidade; ao controle da natalidade; ao reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo; ou ainda à cobrança de impostos das instituições religiosas, entre outros. No entanto, quando são votadas, por esses parlamentares, leis referentes à concessão de meios de comunicação de massa, ou à assistência pública a comunidades carentes da periferia das grandes cidades, também aqui “falam” em primeiro lugar os interesses da igreja, ou seja, sua expansão como grupo empresarial multi-nacional³⁸ e a ampliação de sua base de fiéis (e eleitores), justamente nos segmentos da população já indicados pelas pesquisas como aqueles onde se concentra a maioria dos que freqüentam seus templos³⁹. Além dos já citados; *Associação Beneficente Cristã e Projeto Nordeste*, a Igreja Universal do Reino de Deus mantém 90 emissoras de televisão e um jornal, *A Folha Universal*, com 1.800 exemplares.

E Então?

³⁸ Conforme Marion Aubrée in: “As multi-nacionais da fé: entre a França e o Brasil” (conferência apresentada na UFC, a convite do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política - NERPO)

³⁹ Esta pesquisa sobre a presença dos pentecostais na política partidária brasileira, a partir do estudo de caso do Ceará, está agora em sua última fase, qual seja, a de análise das matérias votadas e dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares eleitos.

Muitas são as “leituras” possíveis dos fatos acima relacionados e que falam dessa presença religiosa na política brasileira da virada do século. Presença que se faz sob moldes significativamente diferentes de outros momentos de nossa história republicana, marcada por uma particular relação entre uma matriz sagrada e outra profana – que não cabe aqui analisar – e na qual as combinações entre religião e política oferecem momentos especialmente ricos para análise⁴⁰.

Para efeito de conclusão desta reflexão, porém, vou me deter somente sobre algumas implicações das práticas descritas nas etnografias apresentadas e dos depoimentos dos fiéis e de suas lideranças político-religiosas. A riqueza dos elementos, que se renovam a cada processo eleitoral, aliada à natural impossibilidade de indicações conclusivas na análise dos fatos históricos, responde pelo caráter parcial e transitório destas notas.

O pluralismo religioso brasileiro, recente e peculiar – posto que implica na hegemonia cristã (89.4% dos fiéis) – vai delineando um novo contexto de observação e análise dos fatos. Continuamos majoritariamente cristãos, mas cristãos pertencentes a inúmeras denominações protestantes; pentecostais de vários matizes; e católicos que, nem por isso, são portadores de iguais concepções da religião e das práticas a que obriga o catolicismo. Há meio século, quando se usava a expressão “igreja” em nossa sociedade, ela era grafada com maiúscula e remetia naturalmente à Igreja Católica. Hoje, falamos de *candidato da igreja* e sequer estamos nos referindo ao universo católico.

O crescendo da religiosidade de comunidades, fruto da adesão livre e significativamente transitória, tem dado origem, por outro lado, a um processo de ressignificação da religião e das realidades que a ela se combinam, como é o caso da política. A “leitura” religiosa da sociedade, originada nessas comunidades de sentido, vem levando a um processo de diferenciação, que torna qualitativamente superiores todas as práticas às quais seja possível acrescentar “o selo” denominacional. Daí a ênfase no “*diferencial*” representado, para eleitores pentecostais e católicos, pelos candidatos identificados por suas respectivas pertenças religiosas. Não surpreende pois, no caso dos pentecostais, que a legitimação das lideranças religiosas pelos fiéis se estenda às pretensões

⁴⁰ A campanha para as eleições constituintes de 1933 e as práticas políticas do cristianismo de libertação nos anos 60 e 70 podem ser tomados como exemplos, ao lado dessa contemporânea irrupção do religioso na política partidária através do *candidato da igreja*.

políticas das primeiras, e que essas lideranças, quando *candidatos da igreja*, sejam reconhecidas, como merecedoras de confiança, porque “*são de Deus*”.

Não estou excluindo, sobretudo no caso da Igreja Universal do Reino de Deus, a extrema verticalização das decisões e as práticas de submissão dos fiéis a elas, apenas quero lembrar que esses elementos vêm ao encontro desse processo de ressignificação religiosa das realidades profanas. Entre os fiéis, a política é vista como o inevitável - pela obrigatoriedade do voto -; como aquilo que não faz parte do cotidiano; e que é relacionada ao roubo e à corrupção. A maneira de fazê-la “menos ruim” é “torná-la religiosa”. Como “povo” - essa entidade abstrata - esses eleitores de baixas (às vezes baixíssimas); escolaridade e renda são deixados repetidamente à margem das ações do estado. Como “povo de deus” há a esperança de que a assistência social patrocinada pela igreja possa ser ampliada ou complementada pela política. Ser “povo de deus”, implica um reconhecimento, uma rede de partilhas, a certeza de estar entre irmãos.

As lideranças eclesiais, por sua vez, ao alimentarem nos fiéis a convicção de que são perseguidos e injustiçados no interior desse novo espaço religioso plural, vão fortalecendo a coesão interna ao grupo e a adoção de práticas que o identificam e diferenciam dos demais, além de lhes assegurar meios próprios de lutar contra os adversários. Os pastores, tanto na IURD quanto na AD, se dizem perseguidos e insistem em que as razões dessa perseguição são de natureza religiosa. Interesses econômicos que implicam a expansão empresarial da denominação - com enriquecimento da hierarquia - bem como a assistência social voltada para o proselitismo religioso são assim reduzidos por eles à dimensão religiosa. Tudo, inclusive a ação político-partidária e o desempenho parlamentar, vira “defesa do igreja”, não obstante os casos, amplamente já divulgados pela mídia, de intolerância religiosa originados nessas mesmas denominações pentecostais⁴¹. Na verdade, caberia aqui a discussão sobre a pertinência de se identificar essas ações à religião. Não pretendo porém abordá-la neste texto.

Nesse Brasil dos parlamentares-pastores a política partidária passa a viver alguns conflitos de natureza distinta daquela que os caracteriza até aqui, tais como os problemas de convivência entre lideranças laicas e coordenadores políticos das igrejas; entre deputados

⁴¹ Em 1995 um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus bateu e chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, durante a realização de um culto na televisão.

pentecostais e laicos de um mesmo partido e de partidos diferentes; assim como entre parlamentares pentecostais de denominações distintas. Mas, a despeito desses conflitos, que variam segundo os partidos, as denominações e os momentos históricos, é possível fazer algumas afirmações.

A fragilidade do sistema partidário brasileiro, com o voto personalizado e a infidelidade admitida como coisa natural, por exemplo, longe de dificultarem o ingresso dos representantes de grupos religiosos, vem mostrando, ao contrário, a sua funcionalidade para os projetos das lideranças eclesiais. Passada uma primeira resistência à aceitação dos candidatos da igreja, por parte de algumas legendas, hoje parece inimaginável a recusa desses candidatos, verdadeiros “puxadores de voto”, que não apenas se elegem entre os mais votados mas – o que é mais importante – ajudam a eleger companheiros não identificados pela pertença religiosa.

Que as “razões do voto” sejam religiosas não parece, pois, preocupar os dirigentes partidários que, assim, acabam por contribuir também, a seu modo, para essa indistinção entre o político e o religioso. Os muitos sufrágios dados à legenda, fortalecendo-a, os faz inclusive esquecer a concorrência que esses “campeões de voto” lhes farão depois da eleição; assim como os novos conflitos gerados no interior dos partidos, com a exigência, por parte dos pastores eleitos, de ocupação de cargos de liderança partidária e de participação em diretórios e comissões parlamentares.

Mas, os senadores, deputados e vereadores pastores não se esquecem do “diferencial” que os elegeu: a pertença religiosa. Em nome dela os mandatos são exercidos e é ela que confere legitimidade às ações realizadas no decorrer do mandato, por mais distantes da dimensão religiosa que possam parecer ao olhar dos políticos e eleitores laicos. Aqueles a quem interessa fazer essas ações parecerem “defesa da igreja” ou “do povo de deus” são “os irmãos”, e esses são convencidos no cotidiano das comunidades e através da pregação midiática, como na IURD.

Na Igreja Universal do Reino de Deus, onde as estratégias adotadas a cada processo eleitoral sofre modificações, sempre obedecendo a diretrizes nacionalmente impostas, nenhum elemento escapa aos cálculos de otimização de resultados feitos pelas lideranças da igreja. Se entre os fiéis é importante que o *candidato da igreja* se apresente com o título religioso de “pastor”, o mesmo parece não acontecer no seio da sociedade plural. A mídia,

principalmente, que já tornara corrente o uso da expressão *candidato da igreja*, foi se tornando cada vez mais cáustica em relação a essa “invasão” do cenário partidário pelos “pastores”.

Nas eleições de 2002 e 2004, diferentemente daquelas que as antecederam, nem todos os *candidatos da igreja* portam o título eclesiástico; sequer são registrados assim⁴². O caso do pastor Eliezer Moreira no Ceará é emblemático: ele é candidato, pela primeira vez, à Câmara Municipal, pertence à hierarquia e sua candidatura representa a IURD. Mas sua campanha se dilui e estende para outros contextos, que não os templos (ruas e espaços de outras denominações evangélicas), enquanto a campanha nos cultos se concentra na candidatura à reeleição do pastor Gelson Ferraz. Talvez tenha parecido temerária a apresentação de dois “pastores” numa eleição municipal na mesma cidade; principalmente se existe a prioridade da reeleição de Gelson Ferraz (*candidato da igreja* ao senado em 2002, com expressiva votação).

Há que se levar em conta aqui, também as disputas intra-eclesiais, que explicariam o fato de o pastor Eliezer Moreira não abrir mão de tentar sua eleição, confiante que está nos laços criados por ocasião das eleições de 2002, quando era “coordenador político” da IURD. O prestígio representado pelo mandato político tem acirrado, nos últimos pleitos, as disputas entre algumas lideranças ávidas pela possibilidade de ser *candidato da igreja*. E esses conflitos de interesse chegam ao parlamento, onde os representantes da igreja também disputam prestígio e representação no âmbito nacional. Recentemente, o então deputado bispo Rodrigues, do Rio de Janeiro, coordenador político da IURD e vice-presidente do PL tem sua liderança abalada quando o bispo Marcelo Crivella⁴³ é eleito senador, igualmente pelo estado do Rio.

Certamente, as observações feitas não esgotam as possibilidades para entender os elementos que criam as condições de irrupção desses *candidatos da igreja* na política brasileira, assim como para identificar-lhes as implicações. Esta reflexão visa a trazer a sociologia da religião para o centro da análise, buscando fugir a uma leitura política *tout-court* dos fatos observados.

⁴² Esse fato também é observado por Ma. das Dores Machado (op.cit) entre os candidatos fluminenses que representam a IURD.

⁴³ No segundo semestre de 2005, depois de o bispo Rodrigues ter caído em desgraça na igreja, por envolvimento em corrupção, e dela se afastado, o novo senador bispo Crivella, criador e responsável pelo Projeto Nordeste, além de sobrinho de Edir Macedo, é a liderança nacional incontestada da IURD.

Concluo, lembrando novamente Geertz que, a esse respeito, destaca que as ciências sociais seguem uma longa e criticável tradição de buscar a explicação dos fenômenos religiosos em toda parte, menos neles mesmos. Espero ter levado em conta neste artigo sua absolutamente pertinente observação. Penso que a figura do *candidato da igreja* nos fala de política, mas também – ou principalmente - de religião.

Finalmente, destaco que a natureza mais etnográfica deste artigo deve-se ao fato de ele ter sido produzido no quadro das pesquisas do Núcleo de Antropologia da Política (PRONEX/CNPq), e de as reflexões nele contidas representarem apenas um conjunto de dados que, ao lado de outros já explorados em trabalhos anteriores, visam a conferir visibilidade a elementos importantes dos campos, religioso e político, cearenses. Para além de apresentarem algumas significativas particularidades locais, eles lembram que é indispensável ter em conta as diferenças regionais, também no que diz respeito à presença dos grupos religiosos na política partidária brasileira desta virada de século.

Bibliografia

- BURITY, J. “Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002”, in: *Os votos de deus – evangélicos, política e eleições no Brasil*, Recife, Fund.Joaquim Nabuco/Massangana, 2005.
- _____ “Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica” in: *Estudos de Religião*, S.Paulo, no. 4, p27-45, 2001
- CAMPOS, L da S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, Petrópolis, Vozes, 1997
- FRESTON, P. *Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment*, Tese de doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (Unicamp), mimeo, 1993
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001
- HEREDIA, B “Lutas entre iguais” in: *Cadernos do NUAP*, Rio, 1999
- HERVIEU-LÉGER. *La religion pour mémoire*, Paris, CERF, 1993

- _____ *Le pèlerin et le converti: la religion en mouvement*, Paris, Flammarion, 1999
- _____ e WILLAIME (dir.) *Sociologies et religion – approches classiques*. Paris: PUF, 2001.
- MACHADO, Ma. das Dores. “O interesse dos evangélicos fluminenses pelo legislativo”, comunicação no GT Religião e Sociedade, Campinas, XI Congresso SBS (setembro/2003).
- MIRANDA, J. *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999
- _____ “O jeito cristão de fazer política- representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas” in: *Candidatos e candidaturas – enredos de campanha eleitoral no Brasil*, S.Paulo, Annablume, 1998
- _____ “A dimensão política do cristianismo contemporâneo no Brasil – o que dizem as eleições in *Revista de Ciências Sociais*, vol. 34, nº 2, Edições UFC, 2004
- _____ “Nós, vocês e eles – desafios de uma convivência (in)desejada” in *Os votos de Deus - evangélicos, política e eleições no Brasil*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2005
- _____ "Imaginários sociais, religião e política no Brasil" (inédito)
- NUAP, *Coleção Antropologia da Política*, Rio de Janeiro, Relume Dumará
- ORO, Ari Pedro. “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro”, in: *Revista de Ciências Sociais*, S.Paulo, v.18, no. 53, p.53-69, out. 2003
- PALMEIRA, M. “Voto: racionalidade ou significado?” (s/data)
- _____ e HEREDIA, “Política ambígua” in: BIRMAN, NOVAES e CRESPO (org.) *O mal a brasileira*, Rio, UERJ, 1997
- WILLAIME, J-P. “De la fonction infra-politique du religieux” in: *The annual review of the social science of religion*, vol.5/1981, p.167-86, 1981
- WUNENBURGER, J-J *Imaginaires du politique*, Paris, Ellipses, 2001.

